

## = NOTA TÉCNICA =

Identificação da iniciativa:	Proposta de DLR n.º 43/XII/3.º
Objeto:	A presente iniciativa tem por objeto aprovar o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027).
Exposição de motivos que fundamentam a apresentação da iniciativa:	Começa o autor da iniciativa em apreço por referir que a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua atual redação) transpôs para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro (Diretiva Quadro da Água), que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Acrescenta, ademais, que no âmbito da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água, "o planeamento e gestão das águas está estruturado em ciclos de 6 anos".  Neste enquadramento, menciona o proponente que, estando já os dois primeiros ciclos terminados (2009-2015/ 2016-2021), importa que o processo de revisão do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores para 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027), que teve início, em 2020 e que já se encontra concluído, seja aprovado.
Data de entrada da iniciativa:	05/09/2022
Data de admissão:	06/09/2022
Comissão competente na matéria:	Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e  Desenvolvimento Sustentável  (Recursos hídricos e ordenamento do território)
1	

Prazo para emissão de relatório:	11/10/2022
Histórico na ALRAA de iniciativas legislativas e petições sobre a mesma matéria:	<ul> <li>Projeto de Resolução n.º 134/XII: Aproveitamento e Gestão dos Recursos Hídricos em Altitude - Lagoa do Paul.</li> <li>Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII: Estabelece o regime específico de aplicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.</li> <li>Projeto de Resolução n.º 120/XI: Implementar, com urgência, medidas de combate à atual situação de escassez de água para consumo humano e para o uso agrícola na ilha do Corvo; realizar um levantamento rigoroso do estado em que se encontram as reservas de água existentes para o abastecimento da população da ilha do Corvo e realizar uma ação inspetiva, referente aos anos de 2017 e 2018, com vista à verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares em matéria da gestão dos recursos hídricos direcionados para o abastecimento da população da ilha do Corvo por parte das entidades públicas competentes.</li> <li>Proposta de Decreto Legislativo Regional 1/XI: Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016/2021.</li> <li>Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X: Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores</li> <li>Anteproposta de Lei n.º 10/X: Altera a Lei n.º 54/2005, de</li> </ul>



Secretaria Geral

15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012:
   Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009:
   Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA).
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009: Natureza Jurídica e Normas de Funcionamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA).
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2009:
   Regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas.
- Anteproposta de Lei n.º 2/2009: Permite às Regiões
   Autónomas a participação em Agrupamentos Europeus de
   Cooperação Territorial primeira alteração ao Decreto-Lei
   n.º 376/2007, de 8 de novembro.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2005:
   Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002/A, de 28 de novembro, que define a estrutura e competências do Conselho Regional da Água.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2005:
   Transpõe a Directiva nº. 91/676/CEE, do Conselho de 12 de dezembro de 1991, referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/2002:
   Altera o Decreto Legislativo Regional nº. 14/200/A, de 23 de maio, diploma que adapta à Região o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de setembro Regime jurídico dos

instrumentos de gestão territorial.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002:
   Plano Regional da Água.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002:
   Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº. 14/2000/A,
   de 23 de maio. (Instrumentos de Gestão Territorial Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de setembro).
- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2002:
   Republicação do Decreto Legislativo Regional nº.
   11/2002/A, de 11 de abril Instrumentos de Gestão Territorial.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002:
   Conselho Regional da Água dando origem ao DLR n.º 37/2002/A.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/1999: Instrumentos de gestão territorial - Adaptações à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/1998:
   Regime de planeamento e gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/1998:
   Princípios e orientações a observar na gestão dos recursos hídricos e na utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores.
- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/1994:
   Medidas de protecção às lagoas, ribeiras e nascentes de água dos Açores.

## Enquadramento legal na RAA, sobre o tema em apreço:

- Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril:
   Estabelece prazos específicos para a classificação e qualificação dos solos na Região Autónoma dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro: Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021.
- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A, de 16 de junho: Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região.
- Resolução do Conselho do Governo n.º 24/2013, de 27 de março: Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A</u>: Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto</u>: Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA).
- Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 de março:
   Natureza Jurídica e Normas de Funcionamento da
   Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
   dos Açores (ERSARA).
- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro: Regime jurídico da recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas.
- Decreto Legislativo Regional n.º 11/2005/A, de 14 de junho: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002/A, de 28 de novembro, que define a estrutura e competências do Conselho Regional da Água



## (REVOGADO).

- Decreto Legislativo Regional n.º 6/2005/A, de 17 de maio:
   Transpõe a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, referente à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.
- Decreto Legislativo Regional n.º 24/2003/A, de 12 de maio: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2002/A, de 3 de dezembro, que adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (REVOGADO).
- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril: Aprova o Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores.
- Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril: Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio (instrumentos de gestão territorial - adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro) (REVOGADO).
- Decreto Legislativo Regional n.º 38/2002/A, de 3 de dezembro: Republica o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2002/A, de 11 de abril (altera o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio instrumentos de gestão territorial) (REVOGADO).
- <u>Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002/A, de 28 de novembro</u>: Define a estrutura e competências do Conselho Regional da Água (CRA) (REVOGADO).
- Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de maio:

	Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º
	380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime
	jurídico dos instrumentos de gestão territorial
	(REVOGADO).
Enquadramento legal na RAM, sobre o tema em apreço:	<ul> <li>Decreto Legislativo Regional n.º 25/2017/M, de 7 de agosto: Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada pelas Leis n.ºs 78/2013, de 21 de novembro, 34/2014, de 19 de junho, e 31/2016, de 23 agosto, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.</li> <li>Decreto Legislativo Regional n.º 33/2008/M, de 14 de agosto: Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, bem como o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, que</li> </ul>
	complementa o regime jurídico consagrado na Lei da Água.
Enquadramento legal nacional sobre o tema em apreço:	<ul> <li>Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro: Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.</li> <li>Decreto-Lei n.º 266-A/2007, de 31 de maio: Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos (versão atualizada).</li> <li>Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março: Complementa a transposição da Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.</li> <li>Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro: Lei da Água (versão consolidada).</li> <li>Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro: Estabelece a titularidade dos recursos hídricos (versão consolidada).</li> </ul>

	<ul> <li>Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril: Aprova o Plano Nacional da Água (REVOGADO).</li> </ul>
Legística / Análise técnico- jurídica da iniciativa:	Da análise técnica efetuada à presente iniciativa, parece importar referir que:  • Sem prejuízo da disponibilização do conteúdo documental nos termos do n.º 3 do artigo 5.º, os documentos elencados no n.º 1 do citado artigo deverão acompanhar a presente iniciativa em forma de anexo, uma vez que fazem parte
	<ul> <li>integrante do conteúdo documental da proposta (n.º 2 do artigo 5.º), de modo a permitir o seu depósito, distribuição e análise.</li> <li>A numeração dos artigos apresenta diversas imprecisões:</li> </ul>
	A sequência "1.º, 2.º, <b>4.º, 3.º</b> , 5.º. 6.º, <b>7.º, 9.º</b> e 10.º" deverá ser corrigida para "1.º, 2.º, <b>3.º, 4.º</b> , 5.º, 6.º, <b>7.º, 8.º</b> e 9.º".
Outras considerações:	Em face da informação disponível, não é previsível haver quaisquer encargos resultantes da aprovação da presente Iniciativa.

Elaborada por: Lisete Vargas, Sónia Nunes, Carlos Viveiros e Érico Capelo

**Data:** 15/9/2022